

# TRIPARTIÇÃO DE PODERES

ORIGEM, TEORIAS E CONFLITOS



*Leila Maria Bittencourt da Silva*

# TRIPARTIÇÃO DE PODERES

ORIGEM, TEORIAS E CONFLITOS



EDITORA

RIO DE JANEIRO  
2026

1ª edição – 2026

© Copyright: *Leila Maria Bittencourt da Silva*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery*

Conselho Editorial: Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro (in memoriam)* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira* • *André Gustavo Corrêa de Andrade* • *José Roberto de Castro Neves* • *Fátima Cristina Santoro Gerstenberger* • *Eduardo Vasconcelos dos Santos Dantas* • *Roberto Rosas*

Diagramação: *Olga Martins*

Foto da capa: *Roberto Castro - MTUR*

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S681t

Silva, Leila Maria Bittencourt da  
Tripartição de poderes : origem, teorias e conflitos / Leila Maria Bittencourt da  
Silva. - 1. ed. - Rio de Janeiro : GZ, 2026.  
334 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5813-168-7

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Poder executivo. 3. Poder legislativo. 4. Poder judiciário. 5. Separação de poderes - Brasil. I. Título.

26-106052.0

CDU: 342.33(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

01/07/2026 02/07/2026

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela  
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br  
www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 – Box Q – CEP 06715-410  
Bairro Barro Branco – Município de Cotia – SP  
Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## DEDICATÓRIA *IN MEMORIAN*

*Meu pai*

*Oswaldo Rosa da Silva, espírito elevado,  
que me ensinou desde a tenra idade  
a amar os livros.*

*Meu avô materno*

*Arnaldo de Vasconcellos Bittencourt,  
preso e torturado no Estado Novo,  
que me ensinou o valor da Paz e  
lutar por Justiça Social, democracia,  
amor à Liberdade e à Humanidade.*



## NOTAS DA AUTORA

O interesse pelo tema da tripartição de poderes eclode, como estudiosa das questões que envolvem as relações Estado e Sociedade, especialmente após os últimos anos em que as críticas e insatisfações se avolumam por setores ideológicos e partidários, em face da atuação do Poder Judiciário como guardião da Constituição federal.

Diante da intercessão do político no âmbito jurídico sentimos a necessidade de definir, com isenção, o papel de cada função estatal para delimitar a atuação de cada um em face de minha insistente atenção para a necessidade de aproximar o país legal ao país real, cujo fosso denota prejuízos aos cidadãos, à democracia e aos direitos individuais e coletivos.

Movida pelo interesse a respeito das críticas ao Poder Judiciário e os conflitos em que ele tem sido parte importante, debrucei sobre os três poderes em conflitos que tensionam a sociedade.

É uma constante em meus estudos a preocupação com a distância entre o país real e o país legal.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026

*Leila Maria Bittencourt da Silva*



## ABREVIATURAS

|        |                                                      |
|--------|------------------------------------------------------|
| ABIN   | Agencia Brasileira de Informação                     |
| ECI    | Estado de Coisas Inconstitucional                    |
| ADC    | Ação declaratória de constitucionalidade             |
| ADIN   | Ação direta de inconstitucionalidade                 |
| CF     | Constituição Federal                                 |
| CNJ    | Conselho Nacional de Justiça                         |
| CMP    | Conselho do Ministério Público                       |
| GSI    | Gabinete de Segurança Institucional                  |
| Abin   | Agencia Brasileira de Inteligência                   |
| IEEPA  | <i>International Emergency Economic Powers Act</i>   |
| IPSA   | <i>Independent Parliamentary Standards Authority</i> |
| SISBIN | Agência Brasileira de Inteligência                   |
| STF    | Supremo Tribunal Federal                             |
| MP     | Medida Provisória                                    |
| MPF    | Ministério Público Federal                           |
| RC     | reclamação constitucional                            |

|     |                                   |
|-----|-----------------------------------|
| RIL | Revista de Informação Legislativa |
| TCU | Tribunal de Conta da Uniao        |
| TPI | Tribunal Penal Internacional      |
| UA  | União Africana                    |
| EU  | União Europeia                    |

## SUMÁRIO

|                                                                              |        |
|------------------------------------------------------------------------------|--------|
| <i>Dedicatória in memoriam</i> .....                                         | V      |
| <i>Notas da autora</i> .....                                                 | VII    |
| <i>Abreviaturas</i> .....                                                    | IX     |
| <br>INTRODUÇÃO .....                                                         | <br>1  |
| <br>CAPÍTULO 1. RAÍZES HISTÓRICAS DA SEPARAÇÃO DE PODERES. ....              | <br>7  |
| 1.1. Origem da separação de Poderes .....                                    | 7      |
| 1.2. Evolução da separação de Poderes .....                                  | 12     |
| 1.3. Breve histórico no Brasil .....                                         | 16     |
| <br>CAPÍTULO 2. OS PENSADORES DO ESTADO E A TRIPARTIÇÃO<br>DOS PODERES ..... | <br>31 |
| 2.1. As teorias e ideias pioneiras .....                                     | 31     |
| 2.2. Os pensadores do Estado Contemporâneo .....                             | 38     |
| 2.3. Do Poder .....                                                          | 55     |
| <br>CAPÍTULO 3. DO PODER LEGISLATIVO.....                                    | <br>61 |
| 3.1. Do Poder Legislativo Imunidades e prerrogativas .....                   | 61     |

|                                                                                     |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 3.2. origem das imunidades parlamentares no mundo.....                              | 68      |
| 3.3. As imunidades dos parlamentares nas Constituições .....                        | 73      |
| 3.4. Imunidades parlamentares na África e na Ásia .....                             | 76      |
| 3.5. imunidades e prerrogativas dos parlamentares no Brasil.....                    | 77      |
| 3.6. Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....                                   | 85      |
| <br>CAPÍTULO 4. DO PODER JUDICIÁRIO.....                                            | <br>95  |
| 4.1. O Poder Judiciário varia em cada região .....                                  | 95      |
| 4.3. Participação da sociedade: <i>amicus curiae</i> e audiências<br>públicas ..... | 114     |
| 4.4. Quanto ao prazo .....                                                          | 123     |
| 4.5. Direitos e Deveres do <i>amicus curiae</i> .....                               | 126     |
| 4.6. Audiências públicas.....                                                       | 128     |
| <br>CAPÍTULO 5. DO PODER EXECUTIVO .....                                            | <br>131 |
| 5.1. Do Poder Executivo e sua estrutura .....                                       | 131     |
| 5.2. Do Poder Normativo do Executivo .....                                          | 136     |
| 5.3. Atribuições: Presidente, Ministros e órgãos auxiliares da<br>Presidência ..... | 137     |
| 5.4. Poder Executivo no Brasil e no mundo .....                                     | 146     |
| <br>CAPÍTULO 6. RELAÇÕES ENTRE OS PODERES NOS SISTEMAS<br>DE GOVERNOS.....          | <br>153 |
| 6.1. Relações entre os Poderes e o Sistema de Governo.....                          | 153     |
| 6.2. O Parlamentarismo no Brasil .....                                              | 154     |
| 6.3. Presidencialismo .....                                                         | 157     |
| 6.4. Constituição de 1967-1969.....                                                 | 159     |
| 6.5. Parlamentarismo .....                                                          | 166     |
| 6.6. Semipresidencialismo .....                                                     | 171     |

|                                                                        |         |
|------------------------------------------------------------------------|---------|
| CAPÍTULO 7. FREIOS E CONTRAPESOS PARA A DEMOCRACIA ...                 | 175     |
| 7.1. Sistema de freios e contrapeso .....                              | 175     |
| 7.2. Papel do Poder Judiciário para a democracia.....                  | 188     |
| 7.3. Autonomia e independência dos Poderes.....                        | 192     |
| 7.3. Funções típicas e atípicas dos Três Poderes.....                  | 201     |
| <br>CAPÍTULO 8. LIMITES DA ATUAÇÃO DOS PODERES .....                   | <br>209 |
| 8.1. Limites de cada poder .....                                       | 209     |
| 8.1.1. No Reino Unido.....                                             | 209     |
| 8.1.2. Nos EUA .....                                                   | 210     |
| 8.1.3. FRANÇA .....                                                    | 212     |
| 8.1.4. No Brasil .....                                                 | 213     |
| 8.2. Justiça e tribunais constitucionais .....                         | 217     |
| 8.3. O ativismo judicial.....                                          | 235     |
| 8.4. Súmula vinculante e o STF .....                                   | 249     |
| 8.5. Limites do Poder Judiciário nas políticas públicas .....          | 254     |
| 8.6. Limites gerais do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo ..... | 269     |
| <br>CAPÍTULO 9. CONFLITOS ENTRE OS PODERES .....                       | <br>271 |
| 9.1. Independência e harmonia entre os poderes.....                    | 271     |
| 9.2. Harmonia entre os poderes .....                                   | 285     |
| 9.3. Conflitos entre os poderes no Brasil e no mundo.....              | 286     |
| <br>BIBLIOGRAFIA .....                                                 | <br>309 |